

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.317.912 - SP (2018/0158616-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : WAGNER LUIZ VISANI  
**ADVOGADOS** : ANDRÉ MILTON DENYS PEREIRA - SP196410  
FRANCISCO LEAL DE QUEIROZ NETO - SP257644  
ANDRE LUIS QUATRINI JUNIOR - MS016827  
**AGRAVADO** : FUNDACAO ZERBINI  
**ADVOGADOS** : LUIZ NAKAHARADA JUNIOR - SP163284  
DANIELE VIEIRA FAVORITO - SP364629

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por WAGNER LUIZ VISANI em desafio à decisão que inadmitiu recurso especial, este manejado com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 300):

*"MONITÓRIA- Prestação de serviços de saúde. Prescrição decenal (art. 205, Código Civil) inócua. Justiça Gratuita Não evidenciada a hipossuficiência. Mera declaração é insuficiente para demonstrá-la. Termo de Compromisso hábil para instruir a monitoria. Despesas com medicamentos e profissionais incontroversas. Atendimento particular comprovado nos autos. Medicamentos fornecidos com a rubrica SUS devem ser glosados como obrigação de pagamento pelo responsável. Provimento parcial ao recurso, mantida a condenação aos ônus da sucumbência ao apelante que decaiu em maior parte."*

Em suas razões, o recorrente aponta violação dos arts. 489, II e § 1º, IV, e 1.022 do CPC/2015 e 166, II, e 206, § 5º, I, do Código Civil, além de dissídio jurisprudencial.

Alega que o Tribunal de origem não enfrentou o pedido de nulidade do termo de compromisso de pagamento.

Sustenta, ademais, a ocorrência da prescrição quinquenal da pretensão de cobrança de dívida líquida constante de instrumento público ou particular.

É o relatório. Decido.

Extraí-se dos autos que a recorrida ajuizou ação monitoria para a cobrança de serviços hospitalares fornecidos ao genitor do ora agravante, ocasião em que este

apresentou embargos monitórios. O Magistrado de primeiro grau julgou improcedente a pretensão deduzida nos embargos monitórios e determinou a constituição do título judicial, no valor de R\$ 388.490,71, em favor da agravada.

O Tribunal de origem reformou em parte a sentença apenas para glosar a cobrança de medicamentos que estejam com a rubrica SUS nos comprovantes relacionados ao atendimento em questão.

Destacou, na oportunidade, ser *"curial que a enfermidade não permite que as partes já estejam adrede preparadas para a negociação contratual, de modo que o Termo de Compromisso de Pagamento tem seu valor jurídico reconhecido"* e concluiu que a *"documentação é hábil para a Ação Monitória já que o Termo de Compromisso está lastreado com as despesas de medicamentos e profissionais"* (e-STJ, fls. 301)

Afastou, ainda, a alegação de ocorrência de prescrição, tendo em vista a aplicação do prazo prescricional decenal *"diante da natureza do contrato, que é de serviços ligados à saúde"*, sendo que *"o termo de compromisso de pagamento foi assinado em 16 de maio de 2006 e a ação monitória foi ajuizada em 15 de janeiro de 2016"* (e-STJ, fls. 300/301).

Observa-se, portanto, que o Tribunal de origem reconheceu a validade da documentação apresentada pela agravada para o ajuizamento da ação monitória. Por isso, não há falar em omissão do acórdão atacado, na medida em que analisou todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, inclusive o pedido de nulidade do termo de compromisso.

Noutro vértice, realço que jurisprudência desta Corte é firme em assinalar que se aplica o prazo prescricional quinquenal para a ação de cobrança de dívida líquida constante de instrumento público ou particular, senão vejamos:

*"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. TERMO INICIAL. SÚMULA N. 284/STF.*

*1. A pretensão de cobrança de dívida subjacente a contrato de abertura de crédito que, no Código Civil revogado, inseria-se dentro do prazo prescricional geral de vinte anos passou a ter, com a entrada em vigor do Código Civil de 2002, sua prescrição regrada pelo art. 206, § 5º, I, do CC de 2002, que prevê prazo*

*quinquenal para a cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular. Precedentes.*

*2. Não se conhece do recurso especial quando a deficiência de sua fundamentação impedir a exata compreensão da controvérsia (Súmula 284 do STF). 3. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no AResp 1.305.152/MT, Relatora a Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe de 8/4/2019)*

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COBRANÇA. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. 2. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 3. DÍVIDA FUNDADA EM INSTRUMENTO PARTICULAR. PRAZO QUINQUENAL A CONTAR DO DIA SEGUINTE AO VENCIMENTO DA PRESTAÇÃO. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. 4. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE O ACÓRDÃO PARADIGMA E O ACÓRDÃO RECORRIDO. 5. AGRAVO IMPROVIDO.*

*1. Não ficou demonstrada a violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.*

*2. A manutenção de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do apelo especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.*

*3. O Tribunal de origem decidiu em conformidade com a jurisprudência desta Corte, a qual possui entendimento no sentido de que a ação monitória resultante de dívida decorrente de documento particular, tendo ou não força executiva, submete-se ao prazo prescricional de 5 (cinco) anos, o qual está previsto no art. 206, § 5º, I, do CC/2002. 3.1. Além disso, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou, nos moldes do art. 543-C do CPC/1973 e na vigência do Código Civil de 2002, que, para a pretensão de cobrança constante em instrumento público ou particular, conta-se a partir do dia seguinte ao vencimento da prestação.*

*4. Em relação a apontada divergência jurisprudencial, observa-se que o paradigma colacionado não apresenta semelhança fática com o presente feito, não havendo portanto similitude fática entre*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*os arestos.*

5. *Agravo interno a que se nega provimento.*" (AgInt no Aresp 1.362.148/MG, Relator **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, DJe de 22/2019)

Assim, levando-se em consideração o âmbito restrito de cognição do recurso especial, há que se registrar que o compromisso de pagamento foi assinado em 16/5/2006, consoante se extrai do acórdão atacado, de modo que, em 15/1/2016, já havia escoado o prazo prescricional para o ajuizamento da ação monitória. Logo, o recurso merece acolhida neste aspecto devendo ser declarada a prescrição.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "c", do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial a fim de reconhecer a ocorrência da prescrição e julgar improcedente a ação.

Custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, a serem suportados pelo autor.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator